

**Centro de Gestão em Educação Continuada – CEGECON – gestora dos
ITEGOs Regional 4, conforme contrato Gestão 002/2017 SEDI-GO.
CNPJ: 14.215.865/0002-60**

**Demonstrações Financeiras Individuais em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço Patrimonial	9
Demonstração do Resultado e do resultado abrangente.....	10
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social.....	11
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais.....	13

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e conselheiros da

CEGECON - CENTRO DE GESTAO EM EDUCACAO CONTINUADA - Gestora do Lote 04 da Rede Pública Estadual de Educação Profissional - contrato de gestão 02/2017 – SEDI/GO.

Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CEGECON - CENTRO DE GESTAO EM EDUCACAO CONTINUADA - Gestora do Lote 04 da Rede Pública Estadual de Educação Profissional - contrato de gestão 02/2017/SEDI/GO**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CEGECON - CENTRO DE GESTAO EM EDUCACAO CONTINUADA - Gestora do Lote 04 da Rede Pública Estadual de Educação Profissional - contrato de gestão 02/2017/SEDI/GO**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, foram insuficientes para concluir sobre os controles internos dos bens móveis, cedidos pela SEDI/GO e/ou adquiridos com recursos do contrato de gestão 02/2017, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração das possíveis contingências e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade auditada, de

acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ Subvenção a Realizar e Reconhecimento da Receita

Os detalhes sobre a política contábil, relativa a Crédito de Subvenções Governamentais a Receber, provenientes de recursos advindos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação do Estado de Goiás - SEDI/GO, esta correlacionada na Nota “05 - SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL A RECEBER”, relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre as Subvenções Governamentais a Receber, no valor de R\$ 18.436 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato, de N° 002/2017, firmado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação do Estado de Goiás - SEDI/GO, e a CEGECON - Centro de Gestão em Educação Continuada, para a gestão da Educação Profissional e a operacionalização das ações da política de educação profissional, no Lote 04 da Rede Pública Estadual de Educação Profissional, será cumprido.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SEDI/GO, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado; se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção, em confronto com as despesas/custos correspondentes.

Semelhanamente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de Crédito de Subvenções SEDI/GO, no Ativo Circulante, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota “05 - SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL A RECEBER”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB

▪ **Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2)**

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a atendimento de critério contábil, estão relacionados na Nota “3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS”, subitem “3.2 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL”, letra “a”, “Reconhecimento e mensuração”, relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão N° 002/2017, firmado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação do Estado de Goiás - SEDI/GO e a CEGECON - Centro de Gestão em Educação Continuada, para a gestão da Educação Profissional e a operacionalização das ações da política de educação profissional, no Lote 04 da Rede Pública Estadual de Educação Profissional, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SEDI/GO, e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do Lote 04 da Rede Pública Estadual de Educação Profissional optou por acatar o novo entendimento contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N. ° 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N. ° 1.185/09, que aprovou à NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziriam a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s).

Nesse sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de

resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Ênfase(s)

Continuidade das operações

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SEDI/GO, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 002/2017. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 09/04/2021. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto

Saldo limite do reconhecimento da receita

Conforme descrito na Nota 5, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SEDI/GO, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 002/2017. Contudo, chamamos a atenção para o saldo limite remanescente da receita a ser reconhecida até a conclusão do contrato, que em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 5.037 milhões. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Não cumprimento de cláusulas contratuais

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pelo contrato de gestão, n.º 002/2017, assinado junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação do Estado de Goiás - SEDI/GO. Contudo, em detrimento da falta de recursos, a Entidade deixou de honrar, mensalmente, com o pagamento das obrigações trabalhistas, dos encargos sociais, das contribuições, bem como das retenções legais, conforme determinam as cláusulas segunda, item 2.26, e nona, item 9.14, do referido contrato de gestão. Diante disso, indicamos a existência de incerteza quanto ao cumprimento dessas obrigações. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 27 de março de 2019.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia – GO, 30 de março de 2020.

Work7 Auditores Independentes SS
CRC 001891 GO

José Ricardo Xavier
Contador CRC GO-013785/O-0
CVM 12.424



**Centro de Gestão em Educação Continuada – CEGECON – gestora dos
ITEGOs Regional 4, conforme contrato Gestão 002/2017 SEDI-GO.**

CNPJ: 14.215.865/0002-60

Balço Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	Nota Explicativa	2019	2018
ATIVO			
CIRCULANTE		20.595.998,87	16.600.810,40
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.103.575,46	5.805,46
Crdito de Subvenção SEDI-GO	5	18.436.648,30	16.573.976,50
Adiantamentos	6	49.847,95	18.861,75
Despesas pagas antecipadamente	7	510,94	466,69
Outros crditos	6a	5.416,22	1.700,00
NÃO CIRCULANTE		13.086,34	6.753,34
Crdito com pessoas ligadas	8	13.086,34	6.753,34
TOTAL DO ATIVO		20.609.085,21	16.607.563,74
ATIVO COMPENSADO		30.186.826,16	6.667.595,96
Contrato de Gestão 002-2017 SEDI-GO	5	23.473.918,45	-
Bens em Comodato Cedidos SEDI-GO	9	5.417.391,07	5.417.391,07
Bens Adquiridos Cont. Gestão SEDI-GO	9	1.289.001,45	1.250.204,89
Bens em Comodato outras Empresas	9	6.515,19	-
TOTAL DO ATIVO E ATIVO COMPENSADO		50.795.911,37	23.275.159,70
PASSIVO			
CIRCULANTE		11.462.844,42	13.416.374,23
Fornecedores	10	2.621.289,18	4.137.676,70
Obrigações sociais e tributárias	11	6.186.680,71	5.486.962,44
Obrigações trabalhistas	12	1.241.316,85	2.280.233,64
Provisões trabalhistas e encargos	13	1.413.557,68	1.511.501,45
NÃO CIRCULANTE		9.146.240,79	3.191.189,51
Obrigações sociais e tributárias L.P.	11	7.701.503,64	3.191.189,51
Provisões trabalhistas judiciais L.P.	14	1.444.737,15	-
TOTAL DO PASSIVO		20.609.085,21	16.607.563,74
PASIVO COMPENSADO		30.186.826,16	6.667.595,96
Contrato de Gestão 002-2017 SEDI-GO	5	23.473.918,45	-
Bens em Comodato Cedidos SEDI-GO	9	5.417.391,07	5.417.391,07
Bens Adquiridos Cont. Gestão SEDI-GO	9	1.289.001,45	1.250.204,89
Bens em Comodato outras Empresas	9	6.515,19	-
TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO COMPENSADO		50.795.911,37	23.275.159,70

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTES INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

PRESIDENTE

WILL MARQUES VITOR DE PAULA

PRESIDENTE

C.P.F. 932.964.601-87

RESPONSÁVEL TÉCNICO

EZIO DONIZETH LOPES

Contador

C.R.C. GO-010049/O-2

**Centro de Gestão em Educação Continuada – CEGECON – gestora dos
ITEGOs Regional 4, conforme contrato Gestão 002/2017 SEDI-GO.**

CNPJ: 14.215.865/0002-60

**Demonstração do Resultado e do resultado abrangente
Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)**

	Nota Explicativa	2019	2018
RECEITAS OPERACIONAIS		23.681.588,60	26.972.251,43
Com Restrição	15		
Programa atividade de educação técnica		23.622.323,43	26.942.389,10
Outras receitas		59.702,55	17.947,00
Doações		-	12.457,55
(-) Dedução da receita		(437,38)	(542,22)
CUSTOS COM PROGRAMAS		(14.824.809,79)	(19.599.247,80)
Programa atividade de saúde	16		
Custo de pessoal próprio		(11.205.245,00)	(13.433.876,38)
Custo operacional		(3.374.407,07)	(4.488.961,93)
Custo de pessoal cedidos		(206.361,16)	(1.572.589,08)
Custo na aquisição de bens		(38.796,56)	(103.820,41)
SUPERÁVIT BRUTO		8.856.778,81	7.373.003,63
DESPESAS OPERACIONAIS		(6.988.318,56)	(5.935.534,93)
Despesas administrativas	17		
Pessoal		(3.544.413,93)	(3.923.455,60)
Tributárias		(57.557,70)	(17.566,92)
Provisão judicial trabalhista		(1.471.413,97)	-
Serviços contratados		(1.232.602,15)	(1.245.021,29)
Administrativas		(682.330,81)	(749.491,12)
RESULTADO ANTES DAS REC. E DESP. FINANC.		(1.868.460,25)	(1.437.468,70)
RESULTADO FINANCEIRO	18	(1.868.460,25)	(1.437.468,70)
Receitas financeiras		90.159,43	917,10
Despesas financeiras		(1.958.619,68)	(1.438.385,80)
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO PERÍODO		-	0,00

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DA PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTES INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE NÃO FOI APRESENTADA, POIS NÃO HÁ OPERAÇÕES REGISTRADAS PARA O EXERCÍCIO SOB ESSE CONCEITO, OU SEJA, O RESULTADO DO EXERCÍCIO É IGUAL AO RESULTADO ABRANGENTE.

PRESIDENTE

WILL MARQUES VITOR DE PAULA
PRESIDENTE
C.P.F. 932.964.601-87

RESPONSÁVEL TÉCNICO

EZIO DONIZETH LOPES
Contador
C.R.C. GO-010049/O-2

**Centro de Gestão em Educação Continuada – CEGECON – gestora dos
ITEGOs Regional 4, conforme contrato Gestão 002/2017 SEDI-GO.**

CNPJ: 14.215.865/0002-60

Demonstração da Mutação do Patrim nio Social

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	Patrim�nio Social	Outras Reservas	Ajustes de Avalia�o Patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrim�nio Líquido
Saldos iniciais em 01/01/2018	-	-	-	-	-
Movimenta�o do Período	-	-	-	-	-
Superávit / Déficit do Período	-	-	-	-	-
Ajustes de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	-	-
Recursos de Superávit com Restri�o	-	-	-	-	-
Contratos de Gestão e Convênios	-	-	-	-	-
Saldos finais em 31/12/2018	-	-	-	-	-
Movimenta�o do Período	-	-	-	-	-
Superávit / Déficit do Período	-	-	-	-	-
Ajustes de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	-	-
Recursos de Superávit com Restri�o	-	-	-	-	-
Contratos de Gestão e Convênios	-	-	-	-	-
Saldos finais em 31/12/2019	-	-	-	-	-

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTES INTEGRANTES DAS DEMONSTRA OES CONTÁBEIS.

PRESIDENTE

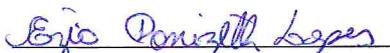


WILL MARQUES VIT R DE PAULA

PRESIDENTE

C.P.F. 932.964.601-87

RESPONSÁVEL TÉCNICO



EZIO DONIZETH LOPES

Contador

C.R.C. GO-010049/O-2

**Centro de Gestão em Educação Continuada – CEGECON – gestora dos ITEGOs Regional 4,
conforme contrato Gestão 002/2017 SEDI-GO.**

CNPJ: 14.215.865/0002-60

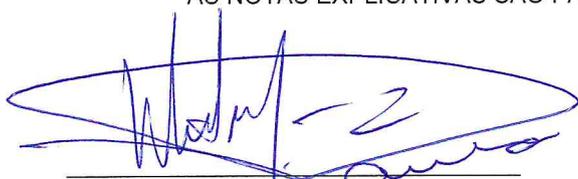
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

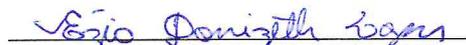
(Em reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2019	2018
Recursos Recebidos		
Entidades Governamentais	17.241.543,36	13.382.325,43
Doações e Contribuições Voluntárias	-	12.457,55
Rendimentos Financeiros	20.985,93	450,50
Outros	-	383,12
Pagamentos Realizados		
Aquisição de bens e Serviços – Programas (Atividades) Executados	(5.598.765,52)	(4.627.888,75)
Salários e Encargos Sociais de Pessoal	(9.327.333,57)	(9.248.669,13)
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas	(221.866,62)	(19.106,58)
Outros Pagamentos	(16.793,58)	(200.906,79)
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	2.097.770,00	(700.954,65)
 (=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	 -	 -
 (=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	 2.097.770,00	 (700.954,65)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	5.805,46	706.760,11
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	2.103.575,46	5.805,46

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTES INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.



WILL MARQUES VITOR DE PAULA
 PRESIDENTE
 CPF: 932.964.601-87



TAXS CONTABILIDADE EIRELI - EPP
ÉZIO DONIZETH LOPES
 CONTADOR CRC-GO: 010049/O-2
 CPF: 492.047.181-53

**Centro de Gestão em Educação Continuada – CEGECON – gestora dos ITEGOs Regional 4,
conforme contrato Gestão 002/2017 SEDI-GO.**

CNPJ: 14.215.865/0002-60

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CEGECON, Centro de Gestão em Educação Continuada, atua há 12 anos no fomento à cultura e à educação em Goiás. Fundada em 27 de março de 2005, é uma organização social, sem fins lucrativos, qualificada por decreto do governo do Estado de Goiás para as atividades de educação profissional e tecnológica e desenvolvimento tecnológico.

Nosso principal objetivo é promover a pesquisa, o ensino e o desenvolvimento institucional, com foco na formação do cidadão pleno e na geração de emprego e renda. Formado por uma equipe multidisciplinar, o CEGECON busca constantemente aperfeiçoar os recursos de administração, a operacionalização das atividades de ensino e o desenvolvimento dos sistemas de gestão e controle, buscando sempre a inovação.

O CEGECON possui sede em Goiânia e atua diretamente em 12 municípios goianos, na gestão de quatro Institutos Tecnológicos de Goiás (ITEGOS) e oito Colégios Tecnológicos (COTECS). Em todo o Estado, ITEGOS e COTECS – que juntos formam a Rede ITEGO – oferecem cursos de qualificação, técnicos subsequentes e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão.

Os COTECS – unidades vinculadas aos ITEGOS – estão distribuídos em várias regiões do Estado, conferem capilaridade à rede e são criados de acordo com a demanda de uma determinada região. Esse modelo permite uma aproximação maior com o setor empresarial nos diversos municípios de forma ágil, dinâmica e flexível. Eles reproduzem e ampliam as ações dos ITEGOS.

Em nível central, a Rede ITEGO é coordenada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação do Estado de Goiás - SEDI/GO, desde 2012, e já ofertou, em cerca de 200 municípios, mais de 600 mil vagas em cursos de diversos níveis, desde a formação inicial e qualificação profissional até cursos de nível superior tecnológico

Em Goiás, o CEGECON atua nos municípios de Aloândia, Araçu, Bela Vista de Goiás, Bom Jesus de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Caldazinha, Castelândia, Caturaí, Cromínia, Damolândia, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Goiás, Goiatuba, Gouvelândia, Hidrolândia, Inaciolândia, Inhumas, Itaberaí, Itauçu, Itumbiara, Jesúpolis,

Joviânia, Leopoldo de Bulhões, Mairipotaba, Maurilândia, Morrinhos, Nerópolis, Nova Veneza, Ouro Verde de Goiás, Panamá, Petrolina de Goiás, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Santa Rosa de Goiás, Santo Antônio de Goiás, São Francisco de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Vicentinópolis.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais, cuja conclusão foi aprovada em Reunião da Diretoria em 30 de março de 2020, abrangem apenas as operações do Centro de Gestão em Educação Continuada - CEGECON, vinculadas ao contrato de gestão nº 002/2017/SEDI/GO. Foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento da ITG 1000, aprovada pela Resolução CFC 1.418/2012, essência sobre a forma, e Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 (R1) – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, cujas sínteses estarão demonstradas a seguir:

2.2 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado, ou ao valor justo nos casos aplicáveis.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da entidade são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, Real (R\$). Para fins de apresentação, estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais.

2.4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos, sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma forma contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que estas são revisadas, bem como em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas vêm sendo seguidas de modo consistente em todo o exercício apresentado.

3.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa, que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por recursos em espécie, saldos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

(b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, tendo como base o valor negociado. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos financeiros não derivativos da Entidade estavam representados por fornecedores de materiais e de serviços, obrigações tributárias e de folha salarial, reconhecidos inicialmente pelo valor histórico, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, quando aplicáveis.

3.2 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

(a) Reconhecimento e mensuração

A Organização Social, Centro de Gestão em Educação Continuada - CEGECON, por meio do contrato de gestão nº 002/2017/SEDI-GO, administra os ITEGOS e todos os bens adquiridos com recursos do contrato. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação do Estado de Goiás - SEDI/GO. Com isso, os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados diretamente em contas de resultado e controlados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

(b) Depreciação/Amortização

A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Centro de Gestão em Educação Continuada, mas, sim, do Estado de Goiás.

3.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL ("IMPAIRMENT")

O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão 002/2017/SEDI-GO, deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2, "a" acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

3.4 PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa (nota 15).

3.5 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que, para solução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação.

3.6 PATRIMÔNIO SOCIAL

A Entidade reverte integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.7 APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do ativo e/ou do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento em resultado. Já os dispêndios com pessoal cedido, são contabilizados quando da disponibilidade da informação, por parte da SEDI-GO.

3.8 TRIBUTAÇÃO

O Centro de Gestão em Educação Continuada é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Por isso, nenhum imposto, sobre o superávit, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha de pagamento apurado mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco Conta Movimento	1.065.992,49	5.782,20
Aplicação financeira	1.029.911,93	-
Fundo Fixo	7.671,04	23,26
	<u>2.103.575,46</u>	<u>5.805,46</u>

Todos os recursos recebidos em razão do contrato de gestão são alocados em conta corrente, que foi criada especificamente para geri-los e aplicá-los devidamente. Entretanto, a Entidade é

responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos às restrições e/ou vinculações por parte do contratante.

5. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL A RECEBER E CONTRATO DE GESTÃO

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imobilizado (-)	Outras Receitas (+)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2017	6.978.422,43	18.366,44	1.162.215,56	42.818,58	10.963.458,07	(5.086.066,18)	12.757.447,06	5.779.024,63	69.682.996,81	62.704.474,38	57.618.408,20
2018	17.683.162,38	0,00	87.989,33	31.322,63	26.901.040,18	(16.573.976,50)	17.491.360,95	5.587.223,20	0,00	45.021.312,00	28.447.335,50
2019	21.547.393,55	20.985,93	38.796,56	128.438,68	23.732.951,47	(18.436.648,30)	17.446.067,94	1.485.897,59	0,00	23.473.918,45	5.037.270,15
2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(18.436.648,30)	17.200.993,50	18.686.891,09	0,00	23.473.918,45	5.037.270,15
2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(18.436.648,30)	4.787.027,36	23.473.918,45	0,00	23.473.918,45	5.037.270,15

O quadro acima demonstra que, em virtude do atraso dos repasses, acumulou valores a receber referente aos custos mensais, no total de R\$ 18.436.648,30 (dezoito milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e oito reais e trinta centavos). A administração do CECECON vem cobrando da SEDI-GO uma forma de regularizar os repasses em atraso, bem como, manter uma assiduidade nos repasses futuros.

Os montantes de subvenção recebidas são compostas pelos valores depositados em conta bancária e os gastos do contrato de gestão pagos pela SEDI-GO. Esses gastos são pagamento de servidores à disposição da CECECON, bem como, de fornecedores de serviços de telefonia, energia, entre outros. Em virtude de atraso das informações referente as glosas definidas pela SEDI-GO, os montantes contabilizados, poderão sofrer alterações no decorrer do próximo exercício.

6. ADIANTAMENTOS

	2019	2018
Adiantamentos a empregados - Férias	34.780,61	8.896,86
Adiantamentos a fornecedores (i)	15.067,34	9.964,89
	49.847,95	18.861,75

Os saldos acima referem-se a adiantamentos a fornecedores e empregados. Estes valores serão abatidos durante o exercício de 2020.

- (i) Desse montante, R\$ 9.580,76 (nove mil, quinhentos e oitenta reais e setenta e seis centavos), refere-se a glosa junto ao fornecedor Soluções Comércio, vinculado ao abatimento financeiro na prestação de serviço não comprovada que será utilizada em futuros pagamentos.

6a. OUTROS CRÉDITOS

	2019	2018
Aluguéis a receber	5.392,22	1.700,00
Contribuições a recuperar	24,00	-
	5.416,22	1.700,00

O saldo acima refere a aluguéis a receber e impostos a recuperar.



7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2019	2018
Jornais e Periódicos	510,94	466,69
	<u>510,94</u>	<u>466,69</u>

O saldo acima refere-se a assinaturas de jornais e periódicos. Estes valores serão apropriados durante o exercício de 2020.

8. CRÉDITOS DE LONGO PRAZO

	2019	2018
Crédito com pessoas ligadas	13.086,34	6.753,34
	<u>13.086,34</u>	<u>6.753,34</u>

Os créditos são com pessoas ligadas a entidade.

9. BENS EM COMODATO

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais cedidos pela SEDI-GO, e os adquiridos durante a vigência do contrato de gestão nº 002/2017, firmado com o Estado de Goiás.

Os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2019.

Bens Cedidos em Comodato

Discriminação	2018	Movimentação	2019
	Custo	Cedidos	Custo
Máquinas e Equipamentos	1.585.615,19		1.585.615,19
Móveis e Utensílios	1.345.400,13		1.345.400,13
Equipamentos de Informática	1.165.445,40		1.165.445,40
Instrumentos Musicais	819.290,35		819.290,35
Material Bibliográfico	289.024,00		289.024,00
Instalações	118.470,00		118.470,00
Obras de Artes	58.190,00		58.190,00
Veículos	35.956,00		35.956,00
Outros Bens em Comodato	0,00	6.515,19	6.515,19
Totais	<u>5.417.391,07</u>	<u>6.515,19</u>	<u>5.423.906,26</u>

O montante do grupo Bens Cedidos em Comodato é a valorização dos bens recebidos no início do contrato de gestão 002/2017, para serem utilizados na prestação de serviço, nas dependências dos ITEGOS, vinculados ao contrato de Gestão, ou em prol destes.

Bens Adquiridos

	2018	Movimentação	2019
Discriminação	Custo	Aquisições	Custo
Benfeitorias em Imóv. de Terceiros	902.997,91	17.000,00	919.997,91
Software	312.678,98	-	312.678,98
Móveis e Utensílios	29.130,00	14.771,56	43.901,56
Máquinas e Equipamentos e Geral	5.398,00	7.025,00	12.423,00
Totais	1.250.204,89	38.796,56	1.289.001,45

No transcorrer do exercício, houve aplicação de recursos financeiros, na ordem de R\$ 38.796,56 (trinta e oito mil, setecentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos), objetivando melhorar as instalações e a prestação de serviços à sociedade.

10. FORNECEDORES

	2019	2018
Fornecedores de materiais e serviços	2.621.289,18	4.137.676,70
	2.621.289,18	4.137.676,70

As obrigações com fornecedores de materiais e serviços foram decorrentes de aquisição de materiais de consumo e insumos, bem como, a contratação de prestadores de serviços para executar atividades operacionais e administrativas na gestão das unidades em atendimento ao contrato de gestão 002/2017/SEDI/GO.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

As Obrigações sociais referem-se aos encargos da folha de pagamento e às obrigações tributárias por ocasião da contratação de serviços de empresas e estão assim compostas:

Curto prazo

	2019	2018
INSS a recolher	4.134.304,11	3.616.092,94
INSS retido a recolher	618.513,21	275.218,75
FGTS a recolher	489.101,27	802.269,21
IRRF sob folha a recolher	468.366,30	166.665,22
Débitos federais parceladas	172.381,99	426.947,88
PIS sob folha a recolher	96.832,67	30.507,91
PIS/COFINS e CSLL a Recolher	61.680,80	22.716,27
ISS retido a recolher	57.144,61	65.536,06
Débitos Municipais parceladas	55.111,50	72.757,15
IRRF sob Fornecedores de Serviços	32.770,07	182,24
Outros tributos	474,18	8.068,81
	6.186.680,71	5.486.962,44

Longo prazo

	2019	2018
Débitos federais parceladas	7.556.928,94	3.132.652,31
Débitos Municipais parceladas	144.574,70	58.537,20
	7.701.503,64	3.191.189,51

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

A obrigação detalhada refere-se ao líquido da folha de pagamento da entidade, relativo ao mês de dezembro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e ordenados a pagar	1.241.316,85	2.280.233,64
	<u>1.241.316,85</u>	<u>2.280.233,64</u>

13. PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão de Férias e Encargos Sociais	1.413.557,68	1.511.501,45
	<u>1.413.557,68</u>	<u>1.511.501,45</u>

14. PROVISÕES CONTINGÊNCIAS

A entidade reconhece em sua contabilidade os passivos contingências denominados "prováveis". Já os passivos contingentes avaliados como "possíveis", são apenas informados em nota, e, os com denominação "remotas", são desconsiderados.

Durante o exercício de 2019, estas contingências foram ajustadas em decorrência de reavaliações feitas pela área jurídica, levando-se em conta a situação individual de cada um dos processos. Registre-se ainda que, no decurso do exercício em foco, houve o reconhecimento das contingências trabalhistas de exercícios anteriores.

Considerando a opinião dos advogados, sobre as prováveis perdas, referente às reclamações trabalhistas e cíveis que estão em tramitação nas esferas jurídicas nacionais, abaixo o valor das estimativas conforme relatório jurídico.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão judicial trabalhista (prováveis)	1.471.413,97	-
(-) Depósito judicial/Bloqueio	(26.676,82)	-
	<u>1.444.737,15</u>	-
Provisão judicial trabalhista (possíveis)	645.000,00	-
Total	<u>2.089.737,15</u>	-

15. RECEITAS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO

A Entidade obteve, conforme demonstrado acima, no decurso de 2019, recursos financeiros provenientes de Subvenção estadual, rendimento de aplicação financeira e outras.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Atividades de educação técnica	23.622.323,43	26.942.389,10
Outras receitas	59.702,55	17.947,00



Doações	-	12.457,55
(-) Dedução da Receita	(437,38)	(542,22)
	23.681.588,60	26.972.251,43

16. CUSTOS COM ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO TÉCNICA

Os custos vinculados à prestação dos serviços propostos no contrato de gestão nº 002/2017/SEDI/GO, incorridos no exercício corrente, estão detalhados abaixo:

	2019	2018
Remunerações pessoal cedidos	206.361,16	1.572.589,08
	206.361,16	1.572.589,08
	2019	2018
Remunerações pessoal próprio	6.881.528,86	9.138.664,03
Encargos sociais	2.487.451,49	3.114.869,22
Provisões trabalhistas	1.772.230,61	989.915,22
Benefícios sociais	64.034,04	190.427,91
	11.205.245,00	13.433.876,38
	2019	2018
Serviços de limpeza	1.490.984,25	2.069.877,22
Serviços de vigilância	1.396.084,78	1.899.844,00
Energia, água e telefonia	383.431,70	281.035,90
Materiais consumidos	87.377,24	24.602,24
Manutenção de instalações, equipamentos e veículos	16.529,10	101.602,57
Locação de imóveis	-	112.000,00
	3.374.407,07	4.488.961,93
	2019	2018
Aquisição de bens	21.796,56	32.530,00
Benfeitorias em imóveis de terceiros	17.000,00	71.290,41
	38.796,56	103.820,41

17. DESPESAS COM ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO TÉCNICA

As despesas vinculadas à prestação dos serviços propostos no contrato de gestão nº 002/2017/SEDI/GO, incorridas no exercício corrente, estão detalhados abaixo:

	2019	2018
Remunerações	2.230.395,25	2.848.905,58
Encargos sociais	746.988,88	962.844,05
Provisões trabalhistas	562.708,00	76.262,96
Benefícios sociais	4.321,80	35.443,01
	3.544.413,93	3.923.455,60
	2019	2018
Serviços de tecnologia da informação	534.028,44	507.250,50
Serviços de contabilidade	267.399,47	221.000,00



Serviços advocatícios	184.000,00	174.321,42
Serviços diversos	44.043,29	257.869,03
Serviços de auditoria	85.000,00	-
Serviços de consultoria	71.120,00	37.280,00
Serviços de limpeza e conservação	47.010,95	47.300,34
	1.232.602,15	1.245.021,29

	2019	2018
Locação de veículos e equipamentos	239.862,35	273.302,07
Locação de imóveis	128.896,05	113.635,76
Manutenções	72.998,01	-
Anúncios e publicações	62.337,51	11.860,66
Material de expediente	54.422,94	78.995,47
Outras despesas	51.337,43	25.966,56
Água, energia e telefone	34.971,40	131.168,09
Diárias, viagens e estadias	22.641,80	109.258,45
Combustíveis	14.863,32	5.304,06
	682.330,81	749.491,12

	2019	2018
Taxas federais, estaduais e municipais	57.557,70	17.566,92
	57.557,70	17.566,92

	2019	2018
Provisões judiciais trabalhistas	1.471.413,97	-
	1.471.413,97	-

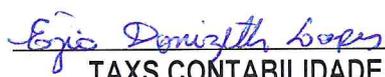
18. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Encargos Financeiros	1.936.156,83	1.425.270,04
Despesas bancárias	22.462,85	13.115,76
	1.958.619,68	1.438.385,80

	2019	2018
Descontos obtidos	69.173,50	1,05
Rendimento de aplicação financeira	20.985,93	916,05
	90.159,43	917,10

Goiânia, 30 de março de 2020.


WILL MARQUES VITOR DE PAULA
PRESIDENTE
CPF: 932.964.601-87


TAXS CONTABILIDADE EIRELI - EPP
ÉZIO DONIZETH LOPES
CONTADOR CRC-GO: 010049/O-2
CPF: 492.047.181-53